

INFORMATIVO ATI39

ASSESSORIA TÉCNICA INDEPENDENTE 39/NACAB
(NÚCLEO DE ASSESSORIA ÀS COMUNIDADES ATINGIDAS POR BARRAGENS)



Comunidades atingidas reivindicam direitos e melhorias nos programas da Anglo American

Páginas 10 e 11

Comunidades cobram alternativa de negociação justa e atualizada
Página 4

Vereadores visitam Gondó e marcam audiência pública
Página 7

Igreja Matriz de Córregos é reinaugurada após 3 anos de restauro
Página 14

Galeria Cultural: Balaio artesanais em São José da Ilha
Página 18

Editorial

Momento de atenção e cautela

Com dez anos de operação, a mineradora Anglo American celebra recorde de produção e horizontes de crescimento e ampliação. Nessa perspectiva, em outubro do ano passado a empresa solicitou licença ambiental para implantação do 2º alteamento da barragem de rejeitos. A proposta é elevar a barragem da cota atual de 700 metros para 725 metros, aumentando significativamente a capacidade de disposição de rejeitos da operação minerária. A mineradora apresentou o Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (EIA-RIMA) para análise da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad), órgão licenciador do estado, e às comunidades e municípios onde atua. Como parte do processo, está prevista para maio a realização de audiências públicas para debater sobre o 2º alteamento da barragem de rejeitos, nos dias 21, em Alvorada de Minas, e 22, em Conceição do Mato Dentro.

Para as comunidades atingidas o momento é de atenção e cautela. A Assessoria Técnica Independente (ATI 39 Nacab) tem acompanhado as reuniões entre elas e a Anglo American e atendido demandas de dúvidas em relação ao tema, em visitas familiares e reuniões com as comunidades. A implementação deste projeto requer avaliação cuidadosa dos potenciais impactos e danos ambientais, sociais e econômicos, bem como da adequação das medidas de mitigação propostas. Para isso, a ATI 39 Nacab fez análise preliminar sobre os impactos causados pelo processo de licenciamento do 2º alteamento, considerando principalmente as populações localizadas na zona de autossalvamento (ZAS) da barragem de rejeitos, que estão ainda em fase inicial do Plano de Reassentamento.

A ATI fez análise crítica do EIA-RIMA e constatou que: “A expansão do empreendimento Minas-Rio agrava significativamente os impactos socioambientais e os riscos para as comunidades vizinhas, cujas dimensões exatas ainda são desconhecidas. A ampliação da barragem atingirá territórios que hoje não estão inseridos sequer na mancha de inundação e pelos estudos apresentados passarão a estar na zona de autossalvamento no cenário da cota 725.”

Exemplo disso é a comunidade São José do Arrudas, que pelos estudos apresentados passará a estar na zona de autossalvamento no cenário da cota 725. A informação mudou a rotina dos moradores desde setembro do ano passado, quando foram comunicados pela mineradora. Além de visitas e reuniões da ATI, para esclarecimento sobre o assunto, a comunidade busca se organizar para as tratativas com a Anglo American sobre um possível reassentamento. Para isso, formou uma Comissão de Atingidos para dialogar com a mineradora, que será representativa, mas as decisões e escolhas serão feitas coletivamente, em assembleias da comunidade.

A ATI seguirá acompanhando com atenção o pedido de licença para o alteamento, a fim de obter junto à mineradora e órgãos envolvidos o máximo de informações para compartilhar com as comunidades, de modo transparente e compreensível. Defendemos o direito delas de serem informadas de todo o processo, para que se sintam seguras e possam avaliar os possíveis impactos em suas vidas. Para além disso, há de se garantir um processo verdadeiramente participativo, em que as comunidades sejam escutadas e respeitadas.

É com esse espírito que apresentamos mais uma edição do nosso informativo. Desejamos uma boa leitura!



Se você, leitor, tiver alguma sugestão de pauta ou texto para contribuir com a construção dos nossos canais de comunicação, sinta-se à vontade para compartilhar conosco. Juntos, podemos mais!

EXPEDIENTE INFORMATIVO ATI 39

EDIÇÃO 24 – JANEIRO A ABRIL DE 2025

Produção: Equipe de Comunicação ATI 39 Nacab | **Edição:** Brígida Alvim | **Textos:** Patrícia Castanheira, Georgyenne Sena, Brígida Alvim, Silmara Filgueiras | **Diagramação:** Rodrigo Teixeira e Silmara Filgueiras | **Revisão Jurídica:** Roberto Figueiredo
Tiragem: 850 exemplares | **Capa:** Presidente da Ascob, José Miguel Rodrigues, entregou carta das comunidades à deputada Bella Gonçalves, na audiência pública em Conceição do Mato Dentro, no dia 07 de abril de 2025. (Foto: Georgyenne Sena)



Acesse todas as edições do Informativo ATI 39 Nacab através do QR code

Instagram: @nacabmg
Facebook: facebook.com/nacabmg
Twitter: nacab
Website: www.nacab.org.br

Conceição do Mato Dentro (MG):
Rua Capitão Miguel Safe, 180, Centro
CEP: 35.860-000

Rua Dâmaso, 55, São Sebastião do Bom Sucesso (Sapo) | CEP: 35.862-000

Rua José Paulino, s/nº, Matozinhos (ao lado da Casa dos Romeiros)

Durão I, Gondó (zona rural)

Casa Paroquial, distrito de Córregos

Viçosa (MG):
Rua Santo Antônio, 30
João Braz | CEP: 36.576-208

Email: ati39.comunicacao@nacab.org.br

Ser mulher e bem viver no território



Em celebração ao Mês das Mulheres, no dia 8 de março, a ATI 39 Nacab realizou o **1º Intercâmbio de Mulheres Atingidas das 13 Comunidades e Reassentamentos**, em seu escritório no Sapo. O objetivo foi promover fortalecimento, empoderamento e autocuidado, bem como acolher demandas individuais e coletivas das mulheres atingidas pelas operações do complexo Minas-Rio.

Participaram 97 mulheres atingidas. A programação incluiu abertura musical, com Zeilla Estrella e Túlio Moreira, e a dinâmica “Mulheres que inspiram”, aplicada pela comunicadora popular, Georgyanne Sena. Carolina Soraggi, psicóloga comunitária, organizou roda de conversa, troca de saberes sobre plantas medicinais, meditação e prática de autocuidado com argila para aliviar dores e tratar a pele.

“Esses espaços são importantes para que as mulheres possam se organizar e fortalecer o empoderamento nesse contexto de mineração, em que precisam ser protagonistas. Esse encontro foi pensado para que elas se reconheçam no território e no companheirismo, onde a dor de uma pode também ser a dor da outra, e se ajudarem”, explica a coordenadora territorial, Hellen Margarida Silva.

Ainda, foi organizado um espaço para as crianças, com atividades conduzidas pela educadora Elizete Pires de Sena, moradora de Passa Sete. Ao final, as crianças entregaram cartões com desenhos e declarações para as mulheres presentes no evento (suas mães, tias, avós). E a ATI sorteou brindes e distribuiu lembrancinhas às participantes, adquiridos por meio de doações.



“Já tem um tempo que eu tinha pedido para acontecer um encontro com as mulheres das comunidades atingidas, porque a gente fica muito vulnerável. Ser mulher

para mim é ser guerreira, lutar... A gente sofre, mulher sofre, mas a gente supera e quer ser aceita também”.

Letícia da Silva, moradora de São José do Jassém



“Como mulher atingida pela mineradora, muitas das vezes a gente se sente recuada. Nós temos vontade de falar, mas a nossa voz muitas das vezes

não é ouvida. Então, a gente se sente roubada, menosprezada enquanto mulheres e sente o nosso direito roubado, porque a mineradora veio e trouxe o empreendimento, mas ela não nos dá um retorno satisfatório, que possa compensar pelas perdas que nós já tivemos”.

Jackilene Barbosa, moradora do Beco

Assista ao vídeo do **1º Intercâmbio de Mulheres Atingidas das 13 Comunidades e Reassentamentos** >



Comunidades reivindicam forma de negociação justa e atualizada



Foto: Geovanna Maia

Reunião da ATI com moradores das comunidades Sapo, Turco, Cabeceira do Turco e Beco, em fevereiro deste ano.

Em carta aberta à sociedade e ao poder público, moradores das comunidades Sapo, Turco, Cabeceira do Turco e Beco, do distrito São Sebastião do Bom Sucesso (Conceição do Mato Dentro), reivindicam condições justas para negociarem a saída do território. Vizinhas da mina a céu aberto instalada na Serra do Sapo, essas comunidades sofrem impactos/danos das operações do complexo minerário Minas-Rio, como os citados no documento: “(...) os ruídos ensurdecedores, a poeira densa no ar, os constantes tremores provocados pelas detonações e os odores nocivos da barragem de rejeitos tornaram-se parte do nosso cotidiano.”

A carta foi escrita e assinada por 61 moradores, em fevereiro deste ano, logo após o Programa de Negociação Opcional (PNO) ter sido finalizado pela Anglo American, em janeiro de 2025. O PNO foi implantado em 2017, nunca recebeu ajuste e permanecia com valores defasados perante a especulação imobiliária da região, gerada em boa medida pela presença e ações da própria mineradora e de suas terceirizadas. Como o PNO é o desdobramento de um dos programas

de controle ambiental do processo de licenciamento do Sistema Minas-Rio, as comunidades aguardam manifestação da Fundação Estadual do Meio Ambiente (Feam), que é órgão licenciador. A expectativa é de que a mineradora elabore novo programa de negociação para as famílias que não suportam mais conviver com os impactos e desejam deixar as comunidades.

Acúmulo de danos

De acordo com demandas registradas pela ATI 39 Nacab, as comunidades Sapo, Turco, Cabeceira do Turco e Beco têm sofrido com isolamento social; falta de água; cortes de energia elétrica, barulho e poeira das detonações de rochas; problemas de saúde (física e mental); dificuldades para manter a produção agrícola; e empobrecimento. E, por estarem rodeadas de área diretamente afetada (ADA) pelo complexo Minas-Rio, os efeitos são potencializados à medida que a mina se expande.

Segundo representantes da Associação Comunitária de São Sebastião do Bom Sucesso (Ascob), a carta das comunidades foi enviada para a Fundação Estadual do Meio Ambiente (Feam), a Fundação Israel Pinheiro (FIP), o Ministério Público de Minas Gerais, a Prefeitura de Conceição do Mato Dentro, movimentos sociais e entidades de defesa das comunidades atingidas, parlamentares e imprensa. Também foi entregue em mãos pelo presidente da Ascob à deputada estadual integrante da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, Bella Gonçalves, durante audiência realizada em Conceição do Mato Dentro.



“Já é hora de garantir a realocação de nossas famílias com respeito e dignidade, assegurando que a reconstrução de nossas vidas ocorra em condições iguais ou superiores às que desfrutávamos antes. (...) Seguiremos unidos, firmes e resistentes na defesa de nossos territórios, nossas vidas e nosso futuro”, dizem as comunidades em trecho da carta.

Confira o documento na íntegra





“Pedimos o reconhecimento dos impactos que sofremos há muitos anos, que a Anglo American reconheça nossos direitos e que

faça outro programa de negociação. Esse programa deve ser eficiente, justo, transparente e respeitar as necessidades das comunidades. Que ele seja feito pelo menos como o de São José do Jassém”.

José Miguel Rodrigues, presidente da Associação Comunitária de São Sebastião do Bom Sucesso (Ascob)



“A situação nossa é muito complicada. Às vezes falta luz ou fica fraca, falta água.

Tem dias que a água chega na torneira da cor de lama, totalmente embaçada, parecendo

água suja mesmo. Aí não dá pra beber, colocar na comida, não é uma água segura. Vem poeira da serra, impregna nos móveis e deixa o nariz ardendo. Fica uma névoa embaçada, não tem aquela beleza que tinha antes, o lugar foi muito destruído! Quando estouram bomba lá, toca pra cá a poeira que prejudica muito a gente. As roupas ficam todas empoeiradas. A qualidade de vida aqui não está boa e eles não querem fazer uma negociação decente com a gente”.

Roseane Fátima de Assis, moradora da comunidade Cabeceira do Turco



A movimentação foi intensa no dia, devido ao velório e ao sepultamento de morador

Foto: Brígida Alvim

Acionamento indevido de sirene

Além de estarem expostas aos impactos negativos das operações minerárias, parte das comunidades do Sapo, Turco e Cabeceira do Turco estão localizadas em zona de autossalvamento de diques, que são barragens para contenção de sedimentos da mineração. No complexo Minas-Rio, há quatro dessas estruturas, sendo que três localizam-se próximos às comunidades.

No dia 12 de março, houve acionamento indevido do alarme da sirene do dique 3, que foi ouvido nas três comunidades. No momento, além das pessoas que moram, trabalham, estudam e circulam pelo território, havia muitos integrantes de outras comunidades, reunidos no velório de um morador, no Turco, ou aguardando o momento do sepultamento no cemitério do Sapo. O Nacab entrou em contato com o promotor de justiça local, a Defesa Civil e a Anglo American, para obter e repassar informações sobre o ocorrido. A mineradora informou que se tratava de um teste de manutenção da sirene ao qual o alerta sonoro não estava programado e que iria apurar as causas da falha. A equipe da ATI estava no local e prestou apoio, além de registrar o ocorrido, produzir um vídeo e relatório técnico.

Comunidades Beco (à esquerda) e Sapo (à direita)



Foto: Brígida Alvim



Foto: Patrícia Castanheira

Simulado de emergência dos diques

Participação das comunidades

De acordo com informações registradas pela mineradora, participaram do simulado 23 pessoas das comunidades e apenas uma família reside na área da mancha hipotética de inundação dos diques. A mineradora também convidou pessoas que moram ou trabalham em locais próximos à mancha.

No Posto de Comando, a Anglo explicou sobre a construção e características dos diques e barragem; níveis de emergência; controle operacional e monitoramento. A Defesa Civil do estado, que apoiou a do município, reforçou a importância de a mineradora realizar simulados com a maior fidelidade possível às situações reais de emergência. Segundo a instituição, “o maior desafio ainda é fazer com que as pessoas entendam a importância dos simulados e participem”.

“Os diques têm papel relevante no controle ambiental, pois garantem que sedimentos da área minerada não sejam carregados para os rios, evitando que assoreiem os cursos d’água ou afetem a qualidade da água da região. Além disso, controlam o volume de água e a vazão residual ao longo do ano. No entanto, apesar de armazenarem predominantemente água, os diques apresentam riscos. Um eventual rompimento, seja por falhas estruturais ou eventos climáticos extremos, pode causar danos humanos e ambientais irreparáveis. Por isso é fundamental que essas estruturas atendam a rigorosos padrões construtivos e de segurança”, explica Guilherme Bongiovani.



Equipe da ATI 39 Nacab acompanhou todas as etapas do Simulado



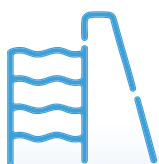
Equipes se reuniram no Posto de Comando

No dia 12 de abril, foi realizado simulado de emergência dos diques 3, 4 e 5 da Anglo American, pela Defesa Civil e a mineradora, com apoio do Corpo de Bombeiros e da Polícia Militar. O simulado é fundamental para garantir a segurança de comunidades próximas a barragens e cumprir normas como a Política Nacional de Segurança de Barragens (Lei nº 12.334/2010), Resolução ANM nº 95 de 2022 e outras exigências da Agência Nacional de Mineração (ANM).

A ATI esteve nos 18 pontos de encontro nas comunidades e acompanhou as ações no Posto de Comando. Antes, fez reunião com a Defesa Civil e realizou formação interna. *“Durante o simulado, observamos e avaliamos aspectos como: sinalização e condições de cada ponto de encontro; o tempo de chegada a eles, da primeira e da última pessoa; condições das rotas de fuga, das placas, dos sinais sonoros e luminosos. Agora, faremos um relatório para encaminhar à Defesa Civil e à Anglo American, visando contribuir para identificar possíveis falhas e oportunidades de melhorias no plano de emergência”,* conta Guilherme Bongiovani, coordenador técnico da ATI Nacab.

O que são diques?

São barragens para contenção de sedimentos. No Minas-Rio, há quatro deles, sendo três próximos às comunidades Sapo, Turco, Cabeceira do Turco e São José da Ilha.



Vereadores visitam Gondó e marcam audiência pública

Na manhã do dia 14 de abril, moradores de Gondó se reuniram com vereadores de Conceição do Mato Dentro, no escritório da ATI 39 Nacab, na comunidade. A reunião foi solicitada por moradores para tratar do projeto de lei proposto em dezembro pela Prefeitura Municipal, que apresenta e caracteriza a delimitação territorial de Gondó.

A expectativa é de que a aprovação desse projeto de lei possa contribuir para o reconhecimento de toda a comunidade, incluindo algumas localidades e famílias que sofrem os impactos/danos da mineração, mas não estão na área de abrangência do Plano de Reassentamento e dos programas da mineradora. Segundo estudo que a empresa apresentou nas Oficinas de Elaboração do Plano de Reassentamento (PAR), a rodovia MG-010 e o rio Santo Antônio dividiriam as famílias entre atingidas e não atingidas. No entanto, a delimitação territorial feita pela Prefeitura informa que: “As localidades de Gondó estão em uma mesma sub-bacia hidrográfica e sofrem igualmente os impactos das atividades da Anglo American”.

“Atingidos nós todos aqui somos, ou será que o rio Santo Antônio é tão milagroso assim que depois dele as pessoas não sofrem os impactos da mineração? Lá tem vida!”

Valter Peixoto, atingido de Gondó.

Acompanhados pelos moradores, os vereadores viram de perto a situação da face oeste da Serra do Sapo, bem próxima à Gondó



Durante a reunião, os atingidos relataram os principais impactos/danos vividos, como: poeira, ruídos, rachaduras nas casas, falta de água, insegurança sobre os impactos da mineração e dificuldades de acesso a serviços públicos. Também denunciaram a precariedade das estradas, relatando que em alguns trechos o ônibus escolar não passa, obrigando crianças a dormirem na casa de parentes para conseguirem ir à escola no dia seguinte.

O presidente da Câmara Municipal, Sidinei das Três Barras, explicou que o projeto de lei está em análise na Casa desde março, mas os vereadores decidiram ouvir os moradores antes de colocá-lo em votação. Para ampliar o debate, foi agendada “Audiência Pública sobre a delimitação da região do Gondó” para o dia 12 de maio, no Plenário da Câmara Municipal de Conceição do Mato Dentro.

Reunião entre os moradores de Gondó e vereadores



Desintegração social da comunidade Taporôco



Taporôco fica a 2 km da barragem de rejeitos e a 9 km da mina do Sapo

A ATI 39 Nacab realizou estudo sobre a desintegração social de Taporôco, entre outros impactos/danos causados pelo Sistema Minas-Rio, da Anglo American. O estudo focou nas relações sociais, nos vínculos comunitários e na qualidade de vida dos moradores, para compreender as mudanças e perdas vivenciadas nesses aspectos, frequentemente apontadas em reuniões e nas demandas acolhidas e registradas.

Primeiro, a ATI analisou levantamentos e relatórios ambientais relacionados ao complexo minerário. No território atingido, contou com a participação dos moradores para o mapeamento comunitário participativo. Foram feitas duas rodas de conversa; entrevistas com moradores; registros fotográficos; diagrama das relações de parentesco; e reunião para apresentação dos dados para a comunidade.

Para aprofundar nas relações sociais, foi feito um diagrama familiar junto aos participantes. As dinâmicas de desenvolvimento das famílias Simões e Pimenta revelaram profunda relação e conexão histórica entre Taporôco e a comunidade que existia onde hoje está localizada a barragem de rejeitos. Água Santa/Mumbuca era referência para vizinhos do entorno, que visitavam seus parentes, frequentavam festas religiosas, benzedeiras, contavam com o auxílio de parteiras e faziam “trocas de dia de serviço” para os trabalhos agrícolas, agropecuários e de construção civil.

A elaboração desse diagrama evidenciou laços que conectam as gerações e reforçam o sentimento de pertencimento das famílias atingidas com seu território. A partir daí, foi possível identificar os processos que causaram o distanciamento entre as famílias que moravam nessa região e o isolamento social vivenciado em Taporôco. Também revelou raízes identitárias marcadas pela escravidão no período colonial. Na identificação de matriarcas e patriarcas, por exemplo, houve sinalização de pessoas que foram escravizadas.

Impactos/danos das operações minerárias

O levantamento também mostrou que o Sistema Minas-Rio desencadeou muitas mudanças na vida das famílias de Taporôco e trouxe impactos/danos irreversíveis, como: dificuldades de acessar serviços como educação, saúde, comércio, lazer e práticas religiosas; problemas socioeconômicos decorrentes dos reassentamentos desordenados; perda da cachoeira de Passa Sete como área de lazer; dentre outros.

O cenário proposto para alteamento da barragem de rejeitos, para 725 metros, poderá potencializar os impactos já existentes e gerar novos danos à região. No caso de Taporôco, a insegurança e o isolamento social poderão ser ainda mais agravados.

Uma grande preocupação dos moradores é com a saída da comunidade São José do Arrudas que, caso seja aprovada a licença do alteamento, passará a fazer parte da zona de autossalvamento da barragem de rejeitos e por esse motivo deverá ser reassentada. Essa comunidade compartilha com Taporôco equipamentos públicos, como escola e posto de saúde, além de espaços de convivência e lazer.



Acesse aqui a **cartilha e o diagrama familiar**





“A gente tinha uma vida tranquila. Vivíamos junto com a parentela e com os amigos, mas a mineradora chegou chegando, desfazendo de todo o nosso destino. Acabou que a gente ficou só,

muitos vizinhos saíram e eu nunca mais vi, muitos morreram. Agora se tirar Arrudas, mais distanciado a gente fica. Fomos criados juntos. Vão tirar igreja, escola, posto de saúde. Isso, de certa forma, mata a gente por dentro. Para mim seria bom se a mineradora não tivesse vindo.”

Conceição Simões da Silva (Sussuca),
moradora de Taporôco



“Ficamos nesse recanto sem ter quase vizinho nenhum. Se o pessoal de Arrudas sair, acho que aí acabou mesmo! Vai tirar as estradas, a cachoeira onde

o povo gosta de nadar e fazer festa, nossa igreja onde a gente vai à missa. Dizem que a igreja vai ficar, mas de que adianta ficar a igreja e não ficar as pessoas?”

Helena dos Santos Pimenta,
moradora de Taporôco

Segunda Roda de Conversa em Taporôco



Fotos: Patrícia Castanheira

Reunião com a comunidade para validação das informações coletadas



Recomendações

Diante dos impactos negativos vividos pela comunidade de Taporôco, a ATI 39 Nacab recomenda, dentre as obrigações da Anglo American:

- Adoção imediata de medidas mitigadoras e de recuperação para a região;
- Contratação de empresa independente para auxiliar na reestruturação das atividades econômicas locais, de modo a superar as vulnerabilidades e o isolamento social;
- Investimento em infraestrutura e melhoria da via de acesso à comunidade, considerando os riscos associados ao iminente alteamento da barragem de rejeitos;
- Desenvolver e implementar um plano para fortalecer os serviços socioassistenciais, de saúde e de educação;
- Contratação de uma empresa independente especializada em qualificação profissional e geração de renda, com objetivo de preparar a comunidade para o mercado de trabalho e superar a ineficácia dos programas atuais na Anglo American.

A nota técnica desse estudo foi encaminhada à Fundação Israel Pinheiro (FIP), em dezembro de 2024, para ser protocolada no sistema de licenciamento da mineradora e avaliada pelo órgão fiscalizador – a Fundação Estadual de Meio Ambiente (Feam), ligada à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais (Semad).

Audiência pública debate impactos/danos do Sistema Minas-Rio



No dia 7 de abril, a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Legislativa de Minas Gerais realizou audiência pública para debater os impactos/danos da mineração em Conceição do Mato Dentro. A audiência foi solicitada pela deputada estadual Bella Gonçalves e ocorreu na Câmara Municipal, com mais de 200 pessoas presentes.

Representantes das comunidades atingidas fizeram falas e entregaram cartas relatando impactos/danos que têm sofrido desde a implantação do complexo Minas-Rio, da Anglo American, como: falta de água apropriada para consumo humano; presença de poeira e ruídos; isolamento social; insegurança causada pelo aumento do trânsito de veículos pesados e falta de manutenção das vias; falta de acesso a serviços públicos e problemas estruturais nas casas construídas nos reassentamentos; problemas de saúde física e mental; pressão da mineradora para reassentar famílias de São José do Arrudas após pedido para alteamento da barragem de rejeitos, dentre outros.

Ao ouvir as diversas situações, a deputada, que é membra da comissão e presidiu a sessão, concluiu: **“São 20 anos de atingimento já vividos. Os reassentamentos fragmentam as comunidades e os serviços públicos. Ainda há os acionamentos indevido de**



sirene, em que estamos propondo uma comissão de instauração de inquérito para investigar e punir as empresas responsáveis. São situações desesperadoras de violações de direitos. A gente precisa dar início à reparação!”

Promotores de justiça descreveram medidas que estão sendo tomadas para cobrar ações de mitigação e reforçaram apoio às pessoas atingidas: **“Uma luta muito clara que está semanalmente na promotoria de justiça é a reparação integral que vocês têm direito. Está prevista na Política Estadual de Atingidos por Barragem o direito à restituição, compensação, reabilitação, satisfação e não repetição. A Anglo American não tem garantido a reparação integral dessas famílias e o que isso significa?”**



Significa que a dívida está aumentando, está sendo acumulada”, disse Caio Dezontini, promotor da Comarca do Serro, que abrange Alvorada de Minas.



“Percebi em pouco tempo de comarca que a dor de vocês é muito legítima. É preciso olhar para trás e aprender com os erros. Vou trabalhar para ouvir vocês e buscar seus direitos em todas as negociações”, disse

Frederico Tavares, promotor de Conceição do Mato Dentro.

Renato Andrade, gerente da Anglo American, deu respostas às manifestações e às perguntas direcionadas à mineradora e citou ações desenvolvidas para mitigar os danos às comunidades atingidas. Sobre o plano de reassentamento da ZAS, descreveu o processo de construção e disse que existe a hipótese de ser avaliada e discutida no Comitê de Monitoramento a inclusão de famílias e de membros das famílias na área de abrangência.

A chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Jequitinhonha, da Fundação Estadual do Meio Ambiente (Feam), Carla Fernanda de Araújo, respondeu perguntas e disse que o órgão fiscaliza as condicionantes e os programas oferecidos pela mineradora e que se for preciso irá pedir mudanças e melhorias. Questionada sobre o pedido de licença da Anglo

American para o 2º alteamento da barragem de rejeitos ter sido feito antes de reassentar as famílias em zona de autossalvamento (ZAS), Carla informou que o reassentamento deve ser feito antes da licença de instalação e que, no momento, o órgão licenciador está avaliando e pode conceder a licença prévia. A informação foi contestada por Bella Gonçalves, alegando que a Lei Mar de Lama Nunca Mais proíbe qualquer licença para intervenções em barragem, caso haja residências abaixo dela.



Vanja Aparecida Teixeira foi uma das atingidas que relatou os impactos causados pela mineração

Requerimentos

Após a audiência pública, a deputada Bella Gonçalves fez onze requerimentos. Um deles foi que a Lei Mar de Lama Nunca Mais (Lei nº 23.291/2019) não seja violada, de forma que não seja concedida a licença ambiental prévia ao projeto de alteamento da barragem de rejeitos do Sistema Minas-Rio, uma vez que, em cenário de ruptura da estrutura, existem comunidades na Zona de Autossalvamento da referida barragem. (Requerimento nº 13.488)

Até a data de fechamento desta edição, um requerimento foi aprovado e encaminhado para a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad) e ao Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural,

Habitação e Urbanismo (Caoma/MPMG). Nele, a Comissão de Meio Ambiente solicita aos órgãos a apuração das razões do acionamento indevido da sirene do dique 3, em 12 de março, e a responsabilização da Anglo American. Em resposta, a Fundação Estadual do Meio Ambiente (Feam) apurou que o acionamento não programado da sirene foi devido a um problema operacional de software da empresa. Também informou que no dia 14 de março fez inspeção no dique 3 e constatou condições de estabilidade e segurança da estrutura. A Anglo American respondeu ao órgão ambiental que um plano de ação foi elaborado para evitar novas ocorrências semelhantes.

Outros requerimentos aguardam aprovação da Assembleia Legislativa, para serem encaminhados. Confira:



>

Cultura e tradições enraizadas



Fotos: Georgyenne Sena

Dora na casa de pau-a-pique que construiu para seu filho

A memória coletiva sustenta a identidade cultural e história de uma comunidade. Na varanda de casa em Córrego do Saraiva, localidade de São José do Jassém, Maria Dalva de Paula Gomes descreve: *“É muito bom morar aqui, graças a Deus é um lugar tranquilo. Nunca ninguém incomodou com briga, nem com roubo, nem nada. Aqui a gente pode se deitar e dormir sem preocupação. Tenho muito amor por esse lugar!”*.

Dalva fala de onde nasceu e viveu a maior parte da vida. Agora, aos 71 anos, ela vai se mudar, não por escolha, mas por residir na zona de autossalvamento (ZAS) da barragem de rejeitos da Anglo American. Por determinação judicial que resultou em Acordo de Mediação para Plano de Reassentamento da ZAS, cerca de 400 famílias de São José do Jassém, Água Quente, Passa Sete e Beco serão reassentadas pela mineradora.

“Mesmo sendo pobre, não temos muita coisa, mas a gente é feliz nesse lugar. Aqui a gente planta e colhe, né? Tenho mandioca, batata, inhame, verduras, pomar, tudo nesse quintal. Está vendo ali os meus pés de coco cheios?”

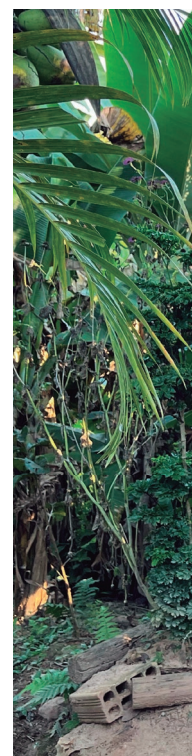
São minha paixão, tem muitos anos. Quando mudar, vou sentir falta da amizade de todos, pois aqui temos muitos familiares, e do que a gente vai deixar para trás. Por exemplo, a plantação vai ficar, mas a gente pode levar uma mudinha ou outra para recomendar, se Deus permitir”, reflete Dalva.

Outra moradora “nascida e criada” em Córrego do Saraiva, Maria das Dores Alves Gomes (Dora), planeja levar consigo as lembranças. *“Todo mundo vai perder muita coisa, mas as lembranças daqui serão as únicas coisas que vamos levar. De quando banhamos no rio com as crianças, dos quintais, das festas de Maria, das rezas... Não vou conseguir levar tudo que construí nesses 42 anos de vida. Esse pomar aqui é minha mina de ouro! Tem laranja, manga, mexerica, banana, acerola, caju. Espero no meu novo lar poder cultivar as mesmas plantas, pra gente alimentar no dia a dia”*.

Heranças imateriais

Nas comunidades que serão reassentadas, uma das tradições mantidas pelos moradores é a construção de casas a pau-a-pique. Água, barro, cipó, bambu, madeira e pedra são colhidas na natureza e fazem da simplicidade o conforto e aconchego de um lar.

Essas casas, além de moradias mais frescas e econômicas, representam a arquitetura popular; a conexão das famílias com a terra; a ecossustentabilidade e identidade características desses territórios. A analista da ATI 39 Nacab, Beatriz Ribeiro (Bia), com formação em antropologia, destaca que são saberes aprendidos de modos próprios e preservados há séculos. *“É impossível de ser mensurado, um patrimônio imaterial que os povos tradicionais transmitem e que muitas vezes são absorvidos pelas comunidades urbanas contemporâneas. Estes mesmos modos de vida são adaptados*



e renomeados como “bioconstrução”, para casas modernas com baixo custo de materiais e riquíssima tecnologia de produção, que nem sempre está devidamente vinculada a seus verdadeiros criadores”, alerta Bia.

Dora tem orgulho de ter em seu terreno uma casa cheia de histórias. Uma casa de barro construída há 60 anos, por seu pai, Sebastião Neves, e outros familiares. Ela aprendeu quando criança a construir com técnicas ancestrais e sem projetos; uma herança de família. *“Antigamente aqui não existia fazer casa de cimento. Eles iam no mato cortavam a madeira, a gente amassava o barro com água, juntava três, quatro pessoas e ajudavam a tecer sua casa, que é jogar o barro. A casa de pau-a-pique é muito gostosa, para dormir então é uma maravilha, pois é arejada. Recentemente fizemos a casa para meu filho Diego do mesmo jeito que meu pai fazia”,* conta Dora.

Dalva também relembra: *“No rumo daquele paiol ali era minha casa de pau-a-pique, a gente mesmo que construiu. Aí depois ela ficou ruim e a gente fez outra. Depois que meu marido morreu meu filho construiu essa de tijolo, com ajuda da prefeitura. A gente fundamentava, ripava, jogava barro e depois que secava vinha com o reboco e caiava com barro, e ficava clarinho. Naquele tempo não tinha piso, a gente passava bosta de boi e ficava verdinho. Tenho muitas lembranças”.*

Dalva em seu quintal



Projetos para os reassentamentos

No contexto das famílias da ZAS que precisam ser reassentadas, a preservação dos modos de vida tem sido uma das preocupações. Isso porque a vida nessas comunidades é rodeada de laços sociais, relações produtivas e heranças culturais. As famílias esperam que, tanto no reassentamento coletivo quanto por negociação individual, possam ter acesso à terra e água de qualidade e preservar suas relações e modos de vidas.

Para Karine Santos, analista da ATI 39 Nacab, com formação em arquitetura, os projetos de construção dos reassentamentos precisam lembrar elementos e edificações da origem. *“É sobre valorizar as histórias de vida. Manter partes da arquitetura das comunidades no reassentamento é muito importante para que a identidade cultural dos atingidos não se perca. As casas, os modos de construir, os materiais usados e até a forma como os espaços são organizados dizem muito sobre os saberes locais, as tradições das famílias, os modos e meios de vida de cada comunidade. Tudo isso foi construído com o tempo e carrega a história e as raízes das pessoas que ali vivem”,* explica.

Para elaborar os projetos construtivos dos reassentamentos coletivos, urbano e rural, a Anglo American contratou a empresa de arquitetura e urbanismo Urbco. Na etapa atual, a empresa está fazendo oficinas participativas com as comunidades, para conhecer os desejos e expectativas dos futuros moradores. A ATI 39 Nacab acompanha as oficinas e realiza encontros com as comunidades para escuta e diálogo sobre as percepções e dúvidas delas em relação aos projetos. *“Ouvir as pessoas atingidas e criar espaços de diálogo ao longo da construção do reassentamento é essencial para garantir que esse novo lugar tenha sentido para quem, de fato, vai viver ali. As oficinas criam espaços de troca, escuta e construção coletiva”,* avalia Karine.

Patrimônio em dois tempos: o restauro e a espera

A Igreja Matriz Nossa Senhora da Aparecida de Córregos foi reinaugurada em 22 de março, após três anos de restauro. Participaram da cerimônia o secretário de Cultura do Estado de Minas Gerais, Leônidas Oliveira; o secretário de Governo, Marcelo Aro; o Presidente do Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico (Iepha-MG), João Paulo Martins; deputados estaduais; o prefeito municipal de Conceição do Mato Dentro, Otacílio Neto; o pároco, padre Bruno Costa Ribeiro; secretários municipais; moradores e visitantes.

Durante as obras, uma pintura centenária no teto da Matriz se revelou debaixo de algumas camadas de tinta. A obra que retrata a santa que dá nome à igreja foi pintada pelo artista Gonçalo Francisco Xavier. Taís Stephanie Pereira Moraes, da A3 Atelier de Arte Aplicada, empresa que executou a restauração, recorda: *“Tentamos entender o motivo de a imagem ter ficado ‘escondida’ por tanto tempo. Estava encoberta certamente há 100 anos!”*

A vizinha e antiga zeladora da igreja, Maria do Amparo Pimenta, explica que a intenção dos párocos anteriores e da comunidade religiosa era tentar melhorar a aparência do templo frente à degeneração causada com o tempo. *“A gente pintava por cima e não podia imaginar que a pintura original era tão bonita e tinha ficado coberta”*, justifica dona Amparo, que ficou orgulhosa e motivada a cuidar da “nova igreja”.

Identidade e história

A obra, que começou em 2022, promoveu resgate histórico e arquitetônico, envolvendo os moradores. Uma experiência que mostra como o cuidado com o patrimônio pode contribuir para valorizar tradições, histórias e costumes.

O restauro da Igreja de Córregos revelou patrimônios materiais e imateriais. Um exemplo é Leandro Saldanha, carpinteiro e morador da comunidade, que assumiu funções de coordenador e mestre de obra da construção civil do restauro. Junto com a equipe, Leandro fez toda a área estrutural, de madeira braúna, que precisou ser removida e substituída, assim como o assoalho, o reboco externo e interno, o telhado e as escadas. O conhecimento e experiência dele em construção tradicional foram fundamentais, já que toda a alvenaria original é feita em terra e exigiu a aplicação de métodos como adobe e pau-a-pique. Para o desafio, Leandro reuniu pedreiros da região com a mesma experiência e prepararam ali, no espaço da obra, os tijolos e massa de barro que usaram para erguer as novas estruturas.

O projeto também incluiu a restauração de elementos artísticos, como o altar-mor, as pinturas parietais, o arco cruzeiro, os altares colaterais, os altares das capelas laterais, lavabo, painel do órgão, pia batismal e púlpito.



Pintura original restaurada
no teto do altar-mor da igreja



“Participei de toda a parte de carpintaria e coordenei o trabalho de reboco, dreno, elétrica, hidráulica. Aprendi muito, porque trabalhei em várias reformas de casas antigas, mas na área de restauro foi minha primeira vez. Eu nasci aqui, fui batizado aqui. Meu avô e meu pai ajudaram em outras intervenções nessa igreja. E hoje eu estou aqui! É muito gratificante para mim participar dessa restauração.”

Leandro Saldanha, mestre de obras do restauro e morador de Córregos



“Córregos é uma comunidade que se apropria do patrimônio que tem. Ela cuida muito bem e tem por si própria uma ligação afetiva. Então, foi muito natural quando a gente trouxe as obras de restauração, tanto da Capela de Nosso Senhor dos Passos, quanto das fachadas do núcleo histórico e da Igreja Matriz. A gente fez reuniões para apresentar a proposta, os processos e levantar as demandas e expectativas, de modo a acolher a comunidade.”

Helena Maria França, representante do Iepha



Quem pagou a conta?

Segundo Helena Maria França, o recurso usado no projeto de restauro provém de um Termo de Compromisso firmado entre o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Iepha) e a Anglo American, conforme compensações estabelecidas nas Licenças de Instalação e Operação do Minas-Rio.

À espera

Enquanto isso, a capela do distrito de São Sebastião do Bom Sucesso, que na avaliação das comunidades está em situação crítica, aguarda restauração. Moradores que ainda vivem na comunidade do Sapo, assim como aqueles que a frequentam em velórios e celebrações religiosas, relatam abandono da capela e de outros bens históricos da comunidade.

Tombada pela Prefeitura de Conceição do Mato Dentro, a Capela de São Sebastião foi pauta de reunião no dia 13 de fevereiro, entre representantes da Associação Comunitária de São Sebastião do Bom Sucesso (Ascob) e a Secretaria Municipal de Cultura, com acompanhamento da ATI Nacab. A Ascob relatou os problemas e entregou ofícios, solicitando finalização da reforma da Capela de São Sebastião; restauração de dois chafarizes históricos; e reforma do telhado da capela-velório do cemitério, localizados no núcleo urbano, conhecido como Sapo.

“Muitas pessoas saíram do Sapo, desde a chegada da mineradora, mas a comunidade não acabou. Lá tem escola, igreja, posto de saúde, cartório e tudo funciona”, descreveu Laudiene Castro (Didi), moradora e integrante da Ascob. A secretária municipal de Cultura, Júlia Santana, respondeu pelo município: *“Vamos retomar as reformas o quanto antes, só estamos verificando as documentações para darmos sequência da forma correta.”* O compromisso foi reafirmado pelo prefeito, Otacílio Neto, no início de maio, em reunião que aconteceu no Sapo.

Para contribuir com o município, a ATI encaminhou estudo que fez sobre a deterioração da Capela e a importância dela para manutenção do convívio e celebrações da comunidade. Além disso, o documento reforça a demanda de restauro urgente em contexto de crescente fragilidade ambiental e social.



Lembranças de Água Santa

“Um lugar alegre”

Para a segunda matéria desta seção, quem compartilha lembranças de Água Santa é Darcília Pires de Sena, moradora de Passa Sete. Durante a infância e até a extinção da comunidade, para a construção da barragem de rejeitos do Sistema Minas-Rio, Darcília frequentou muito Água Santa, onde moraram seus bisavós, avós e tias. *“A paisagem era descampada, cheia de pedras, típica de Cerrado. Ao redor tinha uma mata. Era um lugar tranquilo, que sinto muita saudade! Os moradores eram de gerações de uma mesma família. Praticamente todos eram meus parentes”*, descreve.

Darcília conta que o rio Passa Sete passava no quintal da casa de seus avós, Amélia e Hermógenes Simões Pimenta, e quando criança ela gostava de ir lavar vasilhas com as tias, para ficar na água. *“De vez em quando eu dava um tibum. Os peixinhos ficavam cutucando e a gente ria uma da outra, tocando eles de volta com um raminho. Tinha umas lapas onde eu brincava de cavalinho e casinha com minhas tias, que beiravam minha idade. São muitas lembranças”*.

Seus pais, Idalina Simões dos Santos e Benjamin Pires de Sena, moravam na divisa de Passa Sete com Água Santa. *“Eram poucos metros. A gente saltava o rio, pegava uma trilha, andava um pouco e com dez minutos já chegava em Água Santa”*, detalha Darcília.

Havia muitos momentos de lazer e festividades: *“Lá era um lugar alegre. A gente ia passear nas casas um dos outros e nos aniversários. Minha tia Almerinda tinha um toca-discos e colocava todo mundo pra dançar forró. Meu tio Marinho era tocador de sanfona e fazia até as pedras chorarem. Também tinha o sanfoneiro Onofre. Quando um cansava, o outro tocava”*.

Além das festas, Água Santa tinha a Cachoeira de Passa Sete para turismo e lazer. *“Nela tinha uma lapa grande caída, que dava para escorregar até o poço e formações de buracos como ‘caldeirões’ com redemoinhos. Nos fins de semana, o movimento era grande. Muita gente ia nadar e pescar, pois o rio era farto de peixes”*.

Darcília lembra com pesar que a cachoeira ficava em uma fazenda e que o proprietário, negociou barato o terreno, sem saber para quem estava vendendo. Antes, ele chegou a enfeitá-la com caminhos de pedras e grama, para os visitantes. *“Na época, diziam que iriam criar gado, plantar braquiara e eucalipto. Quando Alessandro descobriu que não estava vendendo para pessoas e sim para uma empresa, quis voltar atrás, mas não tinha jeito, já tinha assinado os papéis. Ele foi visitar o terreno e lá estava escrito: propriedade da Borba Gato”*.

A propriedade foi adquirida pela mineradora MMX e depois pela Anglo American, que suprimiu a cachoeira para a construção da barragem de rejeitos. ***“A cachoeira foi dinamitada, quebraram tudo, mudaram o rio de lugar e morreram muitos peixes. Onde é o paredão da barragem era a cachoeira”***.



Fontes de renda e ocupações

Nessas terras, predominava a agricultura de subsistência, em que as famílias produziam seus alimentos. Darcília conta que seus avós plantavam mandioca em uma grande área e fabricavam farinha. **“Água Santa praticamente toda vivia do poder da farinha e do polvilho de mandioca.** Minha avó, ainda aos 80 anos trabalhava no mandiocal. Cada família tinha um mercadinho para entregar, mas também havia troca de serviços e mercadorias. Em Água Santa, tinha o buteco do Anésio”, lembra.

Em Água Santa havia profissões que hoje são raras. Darcília cita algumas: “Meu tio José Mário, além de sanfoneiro era amansador de burros. O compadre Xisto era carpinteiro e lidava com qualquer tipo de madeira. Meu primo, Pedrinho Surdo, fazia caixão”.

A avó e a mãe de Darcília eram benzedadeiras, assim como ela, que herdou o dom. “Elas benziam com água, raminhos e orações. Quando minha avó faleceu, a comunidade sentiu, porque muitas pessoas se benziam com ela. Eu aprendi observando elas, quando rezavam alto”.

Além de benzedeira, a avó, Amélia, era parteira. Com quase 100 anos de idade, ela e a filha Marília (Lilica) foram as últimas a saírem de Água Santa, em 2010. Elas foram reassentadas em Gondó e Amélia faleceu aos 103 anos. “Minha avó, mesmo já fraquinha devido à idade, não gostava que ninguém lavasse suas roupas. Ela esfregava com os pés na lapa. Como a Anglo American já tinha iniciado as obras da barragem, de vez em quando a água aparecia suja”, lembra Darcília.

Já a bisavó, Aninha Gaga, era fiadeira (produzia linha a partir do algodão). O pai de Sebastião (esposo de Darcília) também fiava para costurar roupas. A linha não arrebentava fácil e era usada para pavio de lamparina. Os fiadores trocavam linha por queijo, toucinho, ovos, fubá e farinha. Na época só costureiras compravam linha nas lojas, porque era caro. Darcília e Tião aprenderam a fiar com seus antepassados. “A gente tira os carocinhos de algodão, fofa o algodão. No cabinho, a gente trava a linha e vai enrolando até formar um ovinho”, ensinam.



Amélia Dulcelina Pimenta, parteira e benzedeira, foi última moradora a sair de Água Santa

Benção da carne quebrada

Nossa Senhora costura por dentro e eu costuro por fora.

Carne quebrada, osso trincado, nervo estourado, veia estourada.

(nome da pessoa) fica costurado (a) pelos três da Santíssima Trindade, porque esse poder eu não tenho,

Em nome do Pai, do filho e do Espírito Santo, amém! (3x)



Galeria Cultural

Balaies do senhor Geraldo

A produção de artesanato é comum em muitas comunidades da região, para uso no dia a dia para passar o tempo ou como fonte de renda. Peças feitas com bambu e taquara, por exemplo, tem suas raízes nas tradições indígenas e africanas, onde as pessoas tinham o costume de transmitir os saberes de geração em geração.

Ao longo do tempo, as técnicas de manejo foram mudando, novas tecnologias descobertas e o saber cultural foi se adaptando às necessidades das pessoas. A prática enfrenta desafios diante da produção industrial em larga escala, mas resiste como patrimônio imaterial que carrega a identidade cultural de pessoas e comunidades. Esses saberes representam histórias, crenças e valores, fortalecendo laços e preservando a diversidade cultural.

Em São José da Ilha, o artesão Geraldo Afonso Lopes dos Santos, de 67 anos, mantém viva a tradição que tornou seu ofício aos 18 anos de idade. Vencendo limitações físicas, ele transforma o bambu e a taquara, matérias-primas retiradas do mato, em diversos tipos de cestos, balaies e utensílios. Nas mãos de Geraldo, a criatividade e o conhecimento moldam cada peça.

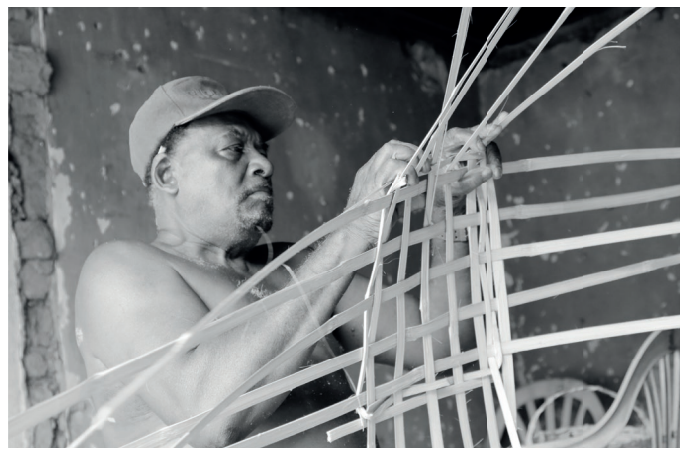
“Conforme me encomendam eu faço. Balaio pra roupa suja, pra galinha, grande ou pequeno... De taquara, faço uns 12 balaies por dia. A taquara é melhor, você só parte e tira o nó e já pode trabalhar com ela. Já o bambu não é assim, tem que descascar mais e dobrar ele todo pra chegar no lugar. Pra tirar, tem que ser na lua minguante.”

Geraldo Afonso Lopes dos Santos,
artesão e morador de São José da Ilha



Registro fotográfico:
Silmara Filgueiras





Passatempo

VAMOS COLORIR?!



*Desenho inspirado na casa de Dora, de
Córrego do Saraiva, em São José do Jassém*

ORIENTADO
E DESIGNADO
TÉCNICO ESTABELECE
E DESIGNADO
E DESIGNADO E DESIGNADO
E DESIGNADO E DESIGNADO

Assessoria
Técnica
Independente
ATI 39

NACAB
NÚCLEO DE ACESSORIA
ÀS COMUNIDADES ATINGIDAS
POR BARRAGENS